

CAPÍTULO VII

A tendência à estatização

Uma das características essenciais do capitalismo no século XX foi a tendência à estatização. Além de oligopolizar-se as economias centrais e as economias com industrialização passaram a desenvolver um amplo setor produtivo estatal, ao mesmo tempo que, a partir da grande depressão dos anos trinta e da obra de Keynes, o Estado assumia decisivas funções regulatórias de parcial substituição ao mercado.

As razões para essa crescente estatização da economia são variadas. A razão mais geral talvez seja a incapacidade de o mercado regular automaticamente a economia e garantir as taxas de acumulação consideradas necessárias ou desejáveis pelas respectivas classes dominantes.

A partir dessa incapacidade surge o Estado Regulador, agente keynesiano de política econômica. Nessa qualidade o Estado passa, em um primeiro momento, a regular os agregados macroeconômicos e as taxas fundamentais da economia: o nível de investimento e a poupança, a quantidade de moeda, a taxa de juros e de câmbio, etc. Em um segundo momento, passa a administrar mais especificamente um conjunto crescente de preços, a definir quantidades, a produzir ou a importar e exportar de um conjunto crescente de mercadorias básicas e a subsidiar em geral a acumulação privada através de incentivos fiscais.

O Estado Regulador, entretanto, não é suficiente, e

surge o Estado Produtor, que passa a produzir diretamente bens e serviços. Se formos buscar as causas do desenvolvimento extraordinário do setor produtivo estatal, provavelmente poderemos distinguir duas causas básicas:

1) a capacidade de o Estado de promover poupança forçada e aumentar a taxa de acumulação do sistema; e

2) a possibilidade de o Estado de assumir as atividades e realizar os investimentos pouco ou não lucrativos, funcionando assim como contratendência à tendência declinante da taxa de lucro do setor privado.

1

Devido à sua capacidade de tributar e de assumir o controle da produção de bens e serviços monopolistas, o Estado tem a capacidade de obter poupança forçada da população. Conforme demonstrou Gerschenkron, o papel do Estado na economia nos países em efetivo processo de desenvolvimento tende a ser tanto maior quanto maior for o atraso relativo do país.¹ Na Europa, países que se industrializaram tardiamente, como a Alemanha e a Rússia czarista, desenvolveram-se graças à decisiva intervenção do Estado. O mesmo ocorreu com o Japão, cuja indústria foi basicamente instalada pelo Estado no final do século XIX e depois vendida (quase doada) ao setor privado. Nos países subdesenvolvidos, que aceleraram sua industrialização a partir de 1930 e principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, o papel do Estado e das empresas estatais tem sido fundamental para criar uma infra-estrutura econômica básica que permita a industrialização privada. Os países estatais, finalmente, a partir da União Soviética, tiveram em geral um extraordinário êxito econômico a partir do próprio fato de que suas economias são controladas pelo Estado.

Em todos esses países, na medida em que o desenvolvimento econômico tornou-se um imperativo para toda a sociedade, o Estado, graças à sua capacidade de realizar poupanças forçadas, tornou-se o instrumento fundamental do processo de acumulação e industrialização.

¹ A. Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*, Nova Iorque, Praeger, 1975.

Esta poupança forçada se realiza, na verdade, não apenas através da criação de empresas estatais monopolistas, que realizam elevados lucros operacionais (descontadas as despesas financeiras) e recebem recursos orçamentários do Estado para cobrir os prejuízos decorrentes do pagamento de juros, mas também através do subsídio principalmente às grandes empresas privadas. Este subsídio, que afinal é pago pelo orçamento do Estado, através do estabelecimento de estímulos fiscais, geralmente ocorre através de um complexo sistema de financiamento público às empresas monopolistas. Torna-se assim necessário o desenvolvimento de um grande sistema bancário estatal, que serve de veículo para o suprimento dos subsídios.

Além de subsidiar as empresas privadas, o Estado é levado a criar suas próprias empresas em função de sua capacidade de realizar poupança forçada. Quando o volume de poupança necessária é muito grande, quando o prazo de maturação dos investimentos é longo e os riscos elevados, cabe sistematicamente ao Estado assumir os novos investimentos. Isto explica porque setores como petróleo, a mineração, a produção de energia elétrica e de aço tendem a ser estatais.

O importante a assinalar é que, neste caso, embora o Estado esteja a serviço da acumulação privada, ele também intervém no econômico em função do que poderíamos chamar de o imperativo do desenvolvimento. O desenvolvimento ou a industrialização torna-se uma ideologia que, embora pautada pela burguesia industrial e pela tecnoburocracia estatal, acaba interessando toda ou quase toda a sociedade. O Estado, de acordo com essa visão, não é meramente o instrumento da classe dominante, como afirmava Marx corretamente no seu tempo, nem é o instrumento do capital monopolista, como pretendem os intelectuais do Partido Comunista Francês com sua tese sobre o Capitalismo Monopolista de Estado. Dado o crescente poder dos demais grupos sociais, especialmente das classes médias tecnoburocráticas e dos trabalhadores organizados, as políticas do Estado passam a ser a resultante da luta de classes.

E neste quadro, o desenvolvimento do Estado Produtor não é meramente o resultado das necessidades de acumulação da burguesia, nem tem como objetivo único funcionar como contratendência à tendência declinante da taxa de lucro. O

setor produtivo estatal nessa perspectiva cresce em função do imperativo do desenvolvimento e da capacidade exclusiva do Estado de realizar poupança forçada.

2

Não há dúvida, entretanto, que a formação do setor produtivo estatal tem como segunda causa o fato de a estatização das empresas constituir-se em uma contratendência à tendência declinante da taxa de lucro. O Estado defende a taxa de lucro do setor privado não só subsidiando a acumulação privada, mas também assumindo as atividades produtivas pouco lucrativas.

Nos países capitalistas centrais, dentro do setor monopolista, começaram a se definir, principalmente a partir da grande depressão dos anos trinta deste século, bolsões cada vez maiores de excesso de capital, ou seja, áreas em que, por motivos estruturais diversos, a taxa de lucro tende a ser baixa. Estes bolsões se localizam especialmente nos subsetores monopolistas mais antigos, que se caracterizam por maior intensidade de capital, e também que apresentam taxas de progresso tecnológico mais lentas. É o caso das ferrovias, das empresas de utilidade pública, das siderurgias. Estas atividades utilizam grandes massas de capital constante. É certo que os serviços de utilidade pública têm em geral caráter monopolista e não apenas oligopolista. Isto significa que podem ter lucros maiores desde que estabeleçam tarifas elevadas. Mas tarifas elevadas dos serviços públicos, especialmente da energia elétrica, dos transportes ferroviários, do aço, implicam redução da taxa de lucro nos demais setores além de aumento do custo da reprodução da mão-de-obra e, portanto, baixa de salários reais.

É dentro desse quadro que se configura o progresso histórico da estatização, ou seja, a formação de um setor produtivo estatal de importância crescente em todos os países capitalistas centrais. O objetivo fundamental é garantir a acumulação privada de capital, mantendo a taxa de lucro no setor capitalista.

Foi este fato que levou o grupo do Capitalismo Monopolista de Estado a afirmar:

“ao investir a fundo perdido, ao não exigir lucro ou ao exigir uma taxa de lucro inferior à média para os capitais públicos, o Estado deixa aos grupos monopolistas a maior parte da massa de lucros realizada à escala da sociedade capitalista”.²

De fato, a formação de um setor produtivo estatal tanto pode ser a consequência de uma estratégia positiva de desenvolvimento, com o aproveitamento da capacidade de realização de poupança por parte do Estado, como pode ser uma estratégia negativa visando relegar para este setor as atividades necessárias mas menos lucrativas ou então francamente deficitárias do sistema econômico. Esta segunda idéia pode tornar-se mais clara através do exemplo sumarizado na Tabela II, em que vemos como a taxa de lucro ainda pode ser mantida elevada no setor monopolista e se manter ainda positiva no setor competitivo graças às transferências de renda do setor estatal. Da mesma forma que a divisão da economia em dois setores — competitivo e monopolista — implicava a transferência de renda do primeiro para o segundo, a introdução do setor estatal explica-se na medida em que graças a ele a classe capitalista logra apropriar-se de uma parte da mais-valia produzida no setor estatal.

Neste exemplo supõe-se que os três setores produtivos controlariam a mesma soma de capital total (soma de capital constante e do capital variável). Dada uma determinada taxa global de mais-valia, os lucros seriam de 9 e a taxa de

TABELA II
TAXA DE LUCRO E SETORES PRODUTIVOS

	Setores			
	<i>Competitivo</i>	<i>Monopolista</i>	<i>Estatat</i>	<i>Total</i>
K + W	60	60	60	180
R	3	6	0	9
r	5%	10%	0	5%

² Paul Boccara e outros, *Le Capitalisme Monopoliste de l'État*, Paris, Éditions Sociales, 1971, vol. I, pp. 40-1.

lucro seria de 5%. Caso houvesse plena mobilidade do capital, não existindo portanto os três setores, a taxa de lucro seria única em toda a economia. Entretanto, graças à setorialização a taxa de lucro pode ser nula no setor estatal, que, no exemplo, transfere toda a mais-valia nele gerada para o setor monopolista, podendo assim o setor competitivo permanecer na média geral da economia. Outros exemplos poderiam ser montados, com taxas positivas e também com taxas negativas de lucro para o setor estatal. O essencial para o modelo é que as taxas desse setor sejam menores do que as dos setores competitivo e monopolista. O setor competitivo, por sua vez, poderá permanecer intocado, como, no exemplo, poderá ser beneficiário de transferência de renda do setor estatal ou poderá transferir renda para o setor monopolista. A previsão básica é apenas de que a sua taxa de lucro tenderá ser maior do que a taxa do setor estatal e menor do que a do setor monopolista. As transferências de renda a que acabamos de nos referir são obviamente os resultados finais. É claro que o setor competitivo poderá receber transferências do estatal e realizar transferências para o monopolista. E o setor estatal tenderá sempre a realizar transferências diretas para o setor monopolista.

Um exemplo do que estamos analisando foi o processo de nacionalização, desnacionalização e finalmente renacionalização da indústria siderúrgica britânica. Quando ocorreu o primeiro processo de nacionalização por iniciativa do Partido Trabalhista, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, tratava-se de uma medida socialista que encontrou violenta oposição na burguesia. Quando, de novo no poder, o Partido Trabalhista promove a renacionalização da indústria, em meados dos anos sessenta, não encontra praticamente nenhuma oposição por parte do capital. Conforme observou McEachern, a burguesia percebeu que aquela nacionalização não colocava em risco os interesses do capital; pelo contrário, favorecia-os. A indústria siderúrgica encontrava-se em situação tão difícil, realizando prejuízos ou lucros muito baixos, e ao mesmo tempo exigindo grandes investimentos para reestruturá-la, que a oposição capitalista foi meramente formal.³

³ McEachern (1977), citado por Colin Crouch, "State capital and liberal democracy", em Colin Crouch (org.), *State and Economy in Contemporary Capitalism*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1979, pp. 27-8.

3

É preciso, entretanto, assinalar que a intervenção do Estado como contratendência à tendência declinante da taxa de lucro tem seu limite na permanente ameaça de crise fiscal, que James O'Connor detectou.⁴ Pressionado a realizar despesas crescentes não apenas de caráter social, mas também com vista à própria acumulação de capital e ao subsídio à acumulação privada, o Estado pesa sobre o setor privado e os impostos que será obrigado a cobrar poderão ser um fator de redução ao invés de aumento da taxa de lucro. É por isso que Elmar Altvater *et alii*, depois de assinalarem que cabe ao Estado, através de suas despesas, “criar as condições gerais da produção capitalista”, ou seja, a infra-estrutura econômica, observam a contradição básica implícita nessa tarefa:

“As despesas (do Estado) realizadas para a melhoria e conservação das condições gerais da produção representam, portanto, de um lado o pressuposto da acumulação privada de capital, enquanto que do outro lado reduzem o fundo de acumulação capitalista privada”.⁵

As despesas do Estado, particularmente as despesas de caráter social, podem, portanto, reduzir ou elevar a taxa de lucro. Isto dependerá basicamente dessas despesas, que se constituem em salário indireto para os trabalhadores e permitem ou não uma baixa ou um menor aumento dos salários diretos. Na medida que as despesas de consumo social do Estado são mais eficientes, ou seja, produzem mais bem-estar por cruzeiro gasto, estas despesas poderão substituir com vantagem tanto para os capitalistas quanto para os trabalhadores os salários diretos. Explica-se, assim, que os capitalis-

⁴ Uma notável análise do Estado e em particular de classes e frações de classe em torno das despesas do Estado nos é apresentada por James O'Connor em *USA: A Crise do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (original em inglês: *The Fiscal Crisis of the State*, 1973). Obra fundamental para se compreender o Estado moderno, sua maior limitação está em não dar a devida atenção à tecnoburocracia emergente.

⁵ Elmar Altvater, Jürgen Hoffmann, Semmler e Wolfgang Scholler, “Stato, accumulazione capitalistica e movimento sociale”, em Alberto Martinelli (org.), *Stato e Accumulazione del capital*, Milão, Gabrielle Mazzotta, 1977, p. 29.

tas, além dos trabalhadores, tenham geralmente interesse em desenvolver o Estado do Bem-Estar. Só quando essas despesas de caráter social começam a se tornar *excessivas* ou pouco relacionadas com a produção e, portanto, com a possibilidade de reduzir relativamente os salários diretos é que a classe capitalista se coloca contra elas.

Em contrapartida, as despesas do Estado para subsidiar a acumulação privada elevam necessariamente a taxa de lucro privada. Esse subsídio geralmente se reveste da forma de estímulos ao investimento em determinados setores que os planejadores econômicos consideram prioritários, ou então são estímulos gerais à acumulação como a depreciação acelerada dos investimentos. O primeiro caso é típico dos países subdesenvolvidos, onde os estímulos fiscais ao investimento visam a desenvolver ou determinados setores industriais ou determinadas regiões. Já os subsídios gerais à acumulação são típicos dos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a montagem de um amplo sistema de estímulos à acumulação elevou a taxa de lucro das empresas a partir dos anos sessenta, permitindo que elas reduzissem seus pagamentos de imposto de renda radicalmente. O imposto de renda passou, assim, a ser pago cada vez mais pelas pessoas físicas, enquanto as empresas ficavam crescentemente liberadas do seu pagamento.

4

O setor produtivo estatal é constituído não apenas das empresas que produzem mercadorias (bens e serviços com preço de venda) mas também pelos órgãos do Estado que produzem não-mercadorias (bens e serviços gratuitos).⁶ A

⁶ A distinção entre mercadorias e não-mercadorias para a análise do Estado está baseada na contribuição de Claus Offe. Ver especialmente "The abolition of market control and the problem of legitimacy" em *Kapitalistate* nºs 1 e 2, 1973, e "The theory of capitalist state and the problem of policy formation", em *Stress and Contradiction in Modern Capitalism*, organizado por Lindery, Alford, Gronchi e Offe, D. C. Meath, 1975, Lexington, Mass. Ver também o trabalho mais didático, baseado nas contribuições de Offe e O'Connor, de Gosta Esping-Andersen, Roger Friedlan e Erick Olin Wright, "Modes of class struggle and capitalist state", em *Kapitalistate*, nº 4-5, 1976, onde se dá especial ênfase à política de Estado como resultante da luta de classes, ao invés de mero reflexo dos interesses da

produção de não-mercadorias é a área dos bens e serviços de consumo social, cuja produção aumentou de forma dramática no século XX configurando o Estado do Bem-Estar. Educação e Saúde são as duas áreas prioritárias de ação estatal deste tipo. A previdência social é uma das formas através da qual estes serviços são financiados e a renda transferida. A construção de obras rodoviárias ou as despesas com pesquisas científicas são exemplos de produção de não mercadorias, as quais, entretanto, não se classificam diretamente como consumo social.

A produção de não-mercadorias é *típica* do setor estatal, mas não há dúvida que durante muito tempo esteve em mãos privadas, enquanto aqueles serviços conservavam o caráter de mercadoria. Hoje e cada vez mais a produção dessas áreas perde o caráter de mercadoria e vai se tornando exclusiva do setor estatal. Através dessas despesas o Estado ou reduz o custo do capital variável, permitindo que os salários pagos pelo setor privado sejam menores, ou reduz o custo do capital constante, criando economias externas. Em ambos os casos o lucro privado é favorecido; a taxa de lucro é sustentada. O financiamento das despesas do setor produtivo institucional do Estado é realizado através da cobrança de impostos e taxas que incidem sobre toda a economia. A forma empresarial eventualmente é utilizada, quando se pretende uma maior autonomia administrativa, criando receitas para as *empresas* através de transferências dentro do próprio Estado. É o caso das empresas de planejamento e administração de obras urbanas ou as de construção e administração de rodovias. Na medida em que os bens ou serviços produzidos são em última análise gratuitos, são não-mercadorias; não se pode falar em empresas.

Já a produção de mercadorias seria *típica* do setor privado, e no entanto, devido à possibilidade de aproveitar a capacidade positiva de poupança forçada do Estado, ou à necessidade de manter a taxa de lucro dos dois setores capitalistas, cada vez mais o Estado intervém nessa área. Forma-se, assim, um setor produtivo empresarial do Estado, que lentamente

classe capitalista (Marx) ou da natureza estrutural do capitalismo (Poulantzas em seus primeiros trabalhos).

substitui a atividade privada. Os critérios de intervenção do Estado neste setor são vários, mas todos giram direta ou indiretamente em torno do objetivo de sustentação da taxa de lucro. Cabe ao Estado intervir nos setores em que um ou alguns destes fatores se encontrem reunidos:

a) tecnologia altamente capital-intensiva e com fortes economias de escala exigindo investimentos mínimos elevados;

b) desenvolvimento tecnológico relativamente estacionário; dificultando introdução de inovações que garantam vantagens monopolistas;

c) produção de insumos homogêneos, impedindo diferenciação mercadológica através de desenho, marca e propaganda;

d) atividades naturalmente monopolistas produtoras de insumos fundamentais para os demais setores, como os serviços de utilidade pública;

e) atividades fortemente ligadas à segurança nacional.

Nos países subdesenvolvidos, em que o Estado lidera o processo de acumulação mais diretamente, deveríamos acrescentar a estes cinco fatores um sexto;

f) a capacidade financeira do Estado de reunir poupanças forçadas e aplicá-las em grandes projetos não apenas de baixa lucratividade, mas também onde há simplesmente carência de capital.

Ainda que o Estado procure subcontratar com empresas privadas sempre que possível, visando assim reduzir sua participação, é óbvio que o crescimento do setor produtivo estatal, seja em seu ramo institucional ou no empresarial, é um elemento essencial e intrínseco à dinâmica da reprodução ampliada do modo capitalista de produção.

Aos seis fatores determinantes da intervenção estatal já analisados, entretanto, devemos acrescentar um outro de natureza diversa mas de importância fundamental: a incapacidade do sistema capitalista de se auto-regular de forma eficiente. Esta incapacidade, que já é clara no período do capitalismo competitivo, como as fortes flutuações cíclicas das economias capitalistas demonstram, torna-se dramática com o advento do capitalismo monopolista e com as necessidades de regular os grandes oligopólios privados. A política econômica keynesiana e as formas de planejamento indicativo são as respostas de caráter estatizante a estes desafios. Na medida

em que estas respostas de acumulação privada, capitalista, a intervenção do Estado na economia só tende a acentuar-se. Quando, entretanto, essas formas de intervenção perdem relativamente eficiência, como aconteceu nos países capitalistas centrais a partir dos anos setenta (quando a fase de declínio de um novo ciclo de Kondratieff tem início), pode ocorrer, como de fato ocorreu, um movimento conservador visando a contenção das atividades econômicas do Estado em todos os campos: regulação, produção e bem-estar. Na medida, entretanto, em que esse movimento não atende os interesses da acumulação capitalista, seu fôlego deverá ser curto.

5

Finalmente devemos acrescentar dois outros fatores determinantes do processo de intervenção do Estado na economia, os quais, entretanto têm um caráter diretamente antagônicos em relação à taxa de lucro e a acumulação capitalista. Refiro-me às reivindicações da classe trabalhadora e às demandas menos abertas mas muito efetivas da emergente classe tecnoburocrática sobre as despesas do Estado. Ambos os fenômenos são manifestações do processo de luta de classes que irá encontrar seus canais de institucionalização e expressão no próprio Estado.

Nos textos marxistas ortodoxos geralmente supõe-se que o Estado é uma organização a serviço da classe dominante burguesa. Ora, esta visão instrumentalista do Estado era aceitável no tempo de Marx, mas na segunda metade do século XX já não é mais possível aceitar sem restrições essa tese. Servir a classe dominante, funcionar como instrumento repressivo a fim de garantir a apropriação do excedente sempre foi o papel clássico do Estado. Nos modos pré-capitalistas antagônicos de produção, o Estado tinha inclusive a função de garantir diretamente a apropriação do excedente pela classe dominante através de tributos, da escravidão dos inimigos vencidos e da corvéia. Por isso eram Estados intrinsecamente autoritários. No momento, entretanto, em que se instaura o Estado capitalista, nos escombros do Estado em transição mercantil-absolutista, a tomada do poder pelas camadas médias burguesas se faz com o apoio popular. O Estado, por sua

vez, já não tem um papel direto na apropriação do excedente, que agora é extraído através do mecanismo da mais-valia. Estes fatos, mais a circunstância de que a burguesia é uma classe dominante muito ampla quando comparada com as classes dominantes pré-capitalistas, exigindo formas institucionalizadas de ocupação e rotação do poder político, irão determinar o aparecimento da democracia burguesa. Em consequência a necessidade de legitimação do Estado perante todo o povo aumenta fortemente.⁷

A partir desse momento a luta de classes institucionaliza-se através da criação dos partidos políticos e dos sindicatos. E o Estado torna-se o que Poulantzas muito adequadamente chamou de “uma condensação das lutas de classes”.⁸ As políticas públicas e mais precisamente as despesas estatais, através das quais o Estado distribui renda entre as diversas classes e frações de classe, tornam-se objeto de pressões políticas crescentes. E a classe capitalista, para manter seu caráter de classe dirigente, é obrigada a celebrar pactos políticos os mais diversos e a ceder às demandas crescentes das classes dominadas. Ora estas demandas têm em princípio o sentido de aumentar as despesas do Estado e, portanto, o grau de intervenção estatal.

A este respeito Colin Crouch, a partir da análise de C. Lindblon, adota uma posição um pouco diversa da nossa. Segundo os dois autores, o Estado ou o pessoal do Estado possui uma certa autonomia em relação à classe capitalista e atende também as demandas da classe trabalhadora. Entretanto, a dependência do Estado em relação à classe capitalista deriva do fato de que a produção de bens e serviços, na qual

⁷ Estudei mais extensamente o conceito de Estado nos capítulos 2 e 3 de *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, São Paulo, Brasiliense, 1977.

⁸ Nicos Poulantzas, *L'État, le Pouvoir, la Société*, Paris, PUF, 1978, p. 141. Também em “As transformações atuais do estado, a crise política e a crise de estado”, em *O Estado em Crise*, organizado por Nicos Poulantzas, Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 22. O estruturalismo de Poulantzas nestas obras é bem menos marcado do que em *Pouvoir, Politique et Classes Sociales de l'État Capitaliste*, Paris, Maspero, 1968. O Estado ganha nestes trabalhos mais recentes maior substância a partir da luta de classes, não confirmando as críticas do grupo de *Kapitalistate* (Esping-Andersen *et alii*).
luta de classes, não confirmando as críticas do grupo de *Kapitalistate* (Esping-Andersen *et al*).

se apóia a estabilidade do Estado, depende da classe capitalista. Nas palavras de Crouch:

“O pessoal do Estado tem o mais forte interesse em manter a estabilidade das instituições... É essa busca da estabilidade que fornece a chave para a motivação última da ação estatal. Na maior parte das vezes esta estabilidade é melhor atendida atendendo aos interesses do modo de produção existente, porque é sobre isto que a prosperidade parece basear-se, e na democracia liberal a prosperidade crucial para a estabilidade social... A fim de atender às demandas populares de progresso material, o Estado é obrigado a garantir sucesso econômico, resultando daí dependência dos interesses capitalistas”.⁹

Esta análise não leva em consideração o outro lado da moeda: embora a classe capitalista controle a produção e a acumulação dela dependendo a prosperidade, muitas vezes seu apego conservador ao mercado, expresso, por exemplo, na teoria monetarista, impede que o Estado garanta o crescimento da economia. Seu mérito, está em salientar a importância da estabilidade social para a tecnoburocracia estatal (o *pessoal do Estado*) que controla diretamente o aparelho estatal.

De fato, as demandas sobre o Estado partem não apenas da classe trabalhadora existente nos três setores (competitivo, monopolista e estatal) mas também na tecnoburocracia, a nova classe que emerge no século XX ao nível das grandes empresas oligopolistas e do Estado. Esta nova classe tem como antecessora imediata a burocracia, pequeno grupo de funcionários públicos localizados no aparelho estatal capitalista, mas dela se distingue em vários aspectos. Na verdade estamos agora diante de um imenso contingente de técnicos e administradores, que assumem a coordenação das grandes organizações públicas e privadas, em um primeiro momento como meros representantes da burguesia ou dos proprietários das empresas, mas em um segundo momento como seus associados. E quando, na União Soviética, esta classe assume totalmente o poder e o controle do excedente, eliminando a

⁹ Colin Crouch, *op. cit.*, p. 46.

burguesia, seu caráter de classe se esclarece. Desaparecendo a burguesia não se pode mais falar em relações capitalistas de produção e, portanto, em capital. Em seu lugar surge a relação especificamente tecnoburocrática ou estatal de produção, que propomos denominar organização. Neste contexto a tecnoburocracia assume a condição de classe seja por ganhar massa crítica, seja por assumir poder, seja por apropriar-se de forma específica do excedente econômico através de ordenados, seja por formular uma ideologia legitimadora baseada no princípio da eficiência. A nova classe tecnoburocrática define-se enfim por se inserir de forma particular na nova relação de produção tecnoburocrática ou estatal que é a organização.¹⁰

Nos países capitalistas centrais de formações sociais mistas capitalistas-tecnoburocráticas, o modo de produção dominante continua o capitalista. Mas não temos mais nem o capitalismo competitivo, nem o capitalismo monopolista, mas o capitalismo monopolista de Estado ou tecnoburocrático.

Nesse tipo de formação social o Estado assume um certo grau de autonomia, uma *autonomia relativa* como frequentemente tem sido chamada. Esta autonomia relativa não é a confirmação de um Estado neutro, como pretende a teoria liberal capitalista, mas é o resultado da própria luta de classes da qual o Estado é resultado. Mais especificamente a autonomia relativa é a expressão da tecnoburocracia estatal que, ao assumir a condição de classe em si e para si, passa a utilizar o aparelho estatal em seu benefício. E nesse processo, como a tecnoburocracia não tem condições de assumir o poder de forma independente, ela é levada a servir ora de assessora e associada da burguesia ora de intermediária entre as demandas da classe capitalista, dos trabalhadores e dela própria. Suas próprias demandas são naturalmente fortemente ocultadas, a partir da estratégia de negar para si características de classe. Mas é fácil perceber que sua demanda fundamental —

¹⁰ Desenvolvi mais amplamente o conceito de modo tecnoburocrático ou estatal de produção em “Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático de produção, em *Estudos CEBRAP*, n.º 20, abril-junho de 1977, depois publicado com meus demais trabalhos sobre o assunto em *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

a de expandir a organização estatal — é sistematicamente atendida. Ampliando-se a organização, aumenta o número de postos burocráticos, a taxa de ordenados pode ser elevada, crescem o poder e a influência dos tecnoburocratas.

Nesta dupla tendência de oligopolização e estatização da economia, ambas marcadas por um forte processo de burocratização, a classe capitalista joga uma espécie de jogo do aprendiz de feiticeiro. Para garantir a taxa de lucro e o processo de acumulação capitalista a burguesia é obrigada a desenvolver grandes empresas e a promover a formação de grandes Estados, que subsidiem a acumulação privada, seja através do estabelecimento de preços das empresas estatais abaixo de seu valor, seja através da criação de subsídios fiscais e creditícios. Nesse processo abre campo para o desenvolvimento de uma nova classe — a tecnoburocracia — a qual, embora criada para servir a burguesia, com a qual efetivamente colabora, acaba por assumir uma autonomia cada vez maior e por disputar a repartição do excedente com a burguesia, na medida em que se vê aumentar a cada dia o número e o poder de seus membros, situados nos setores mais estratégicos da sociedade. A burguesia, assim, da mesma forma que o aprendiz de feiticeiro, perde o controle sobre a sua própria criação. Da mesma forma que a burguesia surgiu no seio do feudalismo e durante séculos serviu e se associou à aristocracia, o mesmo tende a ocorrer com a tecnoburocracia em relação à burguesia.

É óbvio, portanto, que tanto o processo de oligopolização quanto o processo de estatização, e principalmente este último, não serão processos contínuos e tranquilos. Ainda que ambos sejam processos intrínsecos à reprodução ampliada do capitalismo monopolista de Estado dos nossos dias, ainda que sejam essenciais para a sustentação da taxa de lucro, eles deverão continuar ocorrendo através de um processo altamente contraditório. Sabemos que o desenvolvimento capitalista não é gradual e harmônico, como pretendem os economistas neoclássicos, mas conflitivo, cíclico, contraditório. Estes conflitos decorrem da luta de classes dos interesses nacionais, do desenvolvimento desigual das forças produtivas. E nesse processo a classe dominante capitalista, ao buscar proteger sua taxa de lucro, adota as estratégias de oligopolização e estatização da economia. Ora, estas estraté-

gias, que obviamente têm outras condicionantes além da defesa da taxa de lucro, acabam por estabelecer as bases da própria destruição burguesa, ainda que no curto prazo sejam eficientes em garantir a taxa de lucro e a própria acumulação capitalista.